



**Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Fatores
Facilitadores da Permanência na Relação Abusiva**

Joana Filipa dos Santos Roque
28866

Orientador de Dissertação:
Prof^o Doutor Miguel Basto Pereira

Professor de Seminário de Dissertação:
Prof^o Doutor Miguel Basto Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Forense

2024/2025

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Miguel Basto Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Forense.

Agradecimentos

Ao escrever esta dissertação, senti que estava a um passo de chegar ao meu grande sonho. A sensação de irrealidade e a necessidade de me focar e pensar “isto é real” foi constante, não podia estar mais feliz e realizada, mas isto não seria possível sem algumas pessoas...

Aos meus pais e irmãos, por me terem concebido todos os alicerces para que eu tenha conseguido chegar até aqui, por terem acreditado, do início ao fim, apesar de todos os percalços, que eu era capaz. À minha sobrinha favorita, a minha “bolacha” e nova melhor amiga, por ter trazido luz, amor e alegria às nossas vidas, e ao seu novo irmão Lourenço, que estamos ansiosos por conhecer e abraçar! À minha avó, que, em momento algum, me deixou de dar a mão e incentivar à realização do meu sonho. À minha bisavó Adelaide, o meu “anjo da guarda”, que, apesar de longe, está sempre perto. Ao Tiago, o meu namorado e companheiro para a vida, por não desistir de mim e de nós! E aos seus, por me terem acolhido da melhor forma e por me tratarem como família.

À Marta, à Nicole e à Mariana que nunca tardaram a dar uma palavra amiga e cujo abraço é conforto. À Patrícia, a minha parceira de mestrado que levo para a vida, que tornou esta viagem inesquecível e concretizável! Obrigada, amiga, por todos os risos, abraços e lágrimas de desespero, acabámos, está feito!

A todos os meus companheiros de jornada académica que tornaram esta viagem inesquecível. Ao ISPA, por ter sido a minha casa durante os últimos 5 anos. Ao meu professor orientador, Prof^o Doutor Miguel Basto Pereira, pelos melhores conselhos e orientações e, também, pela paciência em ajudar nas mesmas dúvidas vezes sem conta.

A todos os que, de forma direta ou indireta, permitiram a realização desta dissertação.

Obrigado por terem tornado o meu sonho realidade.

“A violência destrói o que ela pretende defender: a dignidade da vida, a liberdade do ser humano” – João Paulo II

Resumo

A presente investigação teve como objetivo principal mapear, explorar e avançar no conhecimento e evidência científica sobre os fatores que determinam a permanência da vítima de violência doméstica, do sexo feminino, na relação abusiva. Concretamente, procurou-se perceber e explorar o conceito de violência doméstica, analisando os fatores preditores da permanência na relação abusiva. Estes objetivos foram prosseguidos através de um estudo qualitativo, que envolveu a revisão sistemática sobre o tema central da dissertação. Para tal, usou-se as bases de dados (APA PsycINFO, APA PsycArticles, MEDLINE e Web of Science), com os seguintes descritores: *Domestic violence, Intimate partner violence, Domestic abuse, Spousal abuse, Stay, Persist, End, Return, Remain e Battered Women*. Os resultados obtidos sugerem que fatores como dependência emocional e económica, nível de escolaridade, empregabilidade, número de dependentes (filhos), perturbações mentais e distorções cognitivas afetam a decisão de permanência na relação abusiva. Procedeu-se à discussão dos resultados, atendendo às investigações empíricas no tema. Por fim, são identificadas as limitações deste estudo e apontadas direções relevantes para estudos futuros.

Palavras-Chave: Psicologia Forense, Violência Doméstica, Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Relação Abusiva

Abstract

The present study aimed to map, explore, and expand scientific knowledge about the factors that influence the persistence of women who are victims of domestic violence in abusive relationships. More specifically, it sought to understand and examine the concept of domestic violence by analysing the predictive factors associated with remaining in an abusive relationship. To achieve these objectives, a qualitative approach was adopted, involving a systematic review focused on the central theme of this dissertation. The databases consulted were APA PsycINFO, APA PsycArticles, MEDLINE, and Web of Science, using the following descriptors: domestic violence, intimate partner violence, domestic abuse, spousal abuse, stay, persist, end, return, remain, and battered women. The findings indicate that several factors contribute to a victim's decision to remain in an abusive relationship, with particular emphasis on cultural influences. In addition, emotional and financial dependence, educational level, employability, number of dependents (children), mental health conditions, and cognitive distortions were also found to play an important role in this decision-making process. The results were discussed in light of empirical studies on the topic. Finally, the main limitations of the study are presented, providing useful directions for future research.

Keywords: Forensic Psychology, Domestic Violence, Female Victims of Domestic Violence, Abusive Relationships

Índice

Resumo.....	IV
<i>Abstract.....</i>	<i>V</i>
Introdução.....	1
Enquadramento Teórico.....	3
Violência Doméstica.....	3
Enquadramento Legal e Fatores Associados.....	6
Objetivo.....	7
Metodologia.....	8
Critérios de Elegibilidade.....	8
Estratégias de Pesquisa.....	8
Seleção de Estudos.....	10
Resultados.....	11
Descrição Geral dos Estudos.....	11
Sintetização Final dos Resultados.....	28
Artigos Quantitativos.....	28
Artigos Qualitativos.....	29
Discussão.....	31
Fatores Socioeconómicos, Culturais e Religiosos na Permanência da Vítima.....	31
Dimensões Psicológicas e Cognitivas Associadas à Decisão da Vítima.....	32
Rede de Suporte Social e Implicações Relacionais.....	33
Limitações.....	34
Estudos Futuros.....	35
Conclusão.....	36
Referências.....	37
Anexos.....	46

Lista de Tabelas

Tabela 1. Objetivos e Características Gerais dos Estudos Revistos.....	12
Tabela 2. Características dos participantes dos estudos revistos e os resultados da investigação.....	21

Lista de Figuras

Figura 1. Fluxograma da Identificação de Estudos e do Processo de Seleção (Prisma, 2020)	9
---	---

Introdução

A presente investigação foi desenvolvida com o objetivo de mapear os fatores que favorecem a permanência da vítima do sexo feminino na relação abusiva, pautada pela violência doméstica, sendo o estudo focado em perpetradores do sexo masculino e vítimas de sexo feminino. Posto isto, a presente dissertação tem como objetivos principais explorar o conceito de violência doméstica, analisando os fatores preditores da permanência na relação abusiva. Nos últimos anos, esta temática tem sido amplamente estudada na literatura empírica, transcendendo múltiplas áreas científicas. De facto, segundo Alves (2011), a violência doméstica contra a mulher é um fenómeno enraizado historicamente, conduzindo a consequências devastadoras para a vítima e todos os que a rodeiam. Segundo Gonçalves (2020) e Alves (2011) existe uma maior probabilidade de ocorrer o óbito quando existe uma permanência na relação abusiva. Por este motivo, diversos estudos debruçam-se sobre os fatores que levam à permanência da vítima na mesma.

Guimarães et al. (2017) defendem que a violência doméstica, cujo epicentro surge pela discrepância entre géneros, reflete-se no estado de saúde das vítimas, resultando, por exemplo, na redução da autoestima e danos físicos. Os mesmos autores afirmam, ainda, que os números reduzidos de denúncias por parte das vítimas do sexo feminino advêm, por vezes, da crença de que os comportamentos perpetuados pelos companheiros devem ser aceites e normalizados. Trata-se de uma dominação do homem na relação (Guimarães et al., 2017). Em 2024 as forças policiais registaram 30.086 queixas por violência doméstica, tendo o número de denúncias diminuído face a 2023, que contou com 30.279 denúncias (CIG, 2024). Wilcox (2006) adverte para o facto de que, de acordo com as estatísticas anuais, existe uma predominância de padrões comportamentais de violência do homem para com a mulher em relações heterossexuais. Riggs et al. (2000) sugerem que a violência doméstica enquanto fenómeno é complexa e resultante de uma interação entre fatores individuais e contextuais. Os mesmos autores apontam fatores associados à perpetuação da violência doméstica, fatores associados à vitimação da violência doméstica e dinâmica do relacionamento abusivo.

Relativamente aos fatores associados à perpetuação da violência doméstica, Riggs e colaboradores (2000) apontam o histórico de abuso na infância (nomeadamente violência e negligência na infância, que, por si só, aumentam o risco desses sujeitos se tornarem

agressores), uso de substâncias, características da personalidade (impulsividade e baixa empatia, por exemplo) e, por fim, crenças e normas culturais.

Quanto aos fatores associados à vitimação da violência doméstica, Riggs et al. (2000) nomeiam o histórico de vitimação prévia, dependência emocional e econômica e fatores psicológicos. A dinâmica do relacionamento abusivo, que assenta frequentemente nos padrões de controle pautados por períodos de agressão, seguidos de reconciliação, conduzem à permanência da vítima na relação abusiva (Riggs et al., 2000).

Atualmente, sabe-se que a intervenção junto de perpetradores de violência no decorrer de um processo judicial, combinado com a intervenção junto das vítimas, contribui para a diminuição da revitimação e dos níveis de reincidência. Assim, ao promover a mudança comportamental e cognitiva dos agressores, apoia-se a proteção integral das vítimas (Manita, 2008). Deste modo, a presente revisão sistemática tem como objetivo principal a compreensão dos fatores que conduzem à permanência ou abandono da vítima da relação pautada por comportamentos abusivos e violentos.

Enquadramento Teórico

Violência Doméstica

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2013), a violência doméstica refere-se a comportamentos inseridos numa relação, que causam danos físicos, psicológicos e sexuais, como, por exemplo, agressões físicas, psicológicas e sexuais e controlo financeiro e económico (OMS, 2013).

Posto isto, podemos definir, de um modo mais amplo, a violência doméstica enquanto conceito, como um conjunto de comportamentos padronizados de coerção e controlo excessivo, na sua vertente física (murros, pontapés e empurrões, por exemplo), psicológica (ameaças e manipulação, por exemplo), sexual (forçar a vítima a ter relações sexuais, sem que seja essa a sua expressa vontade, por exemplo) e económico (privação financeira, por exemplo) (Fernandes, 2023).

Entrando na esfera da violência doméstica, é possível definir, ainda, o conceito de violência conjugal. De acordo com Sohal et al. (2012), e apesar de se verificar em todas as classes sociais, esta incide mais em classes precárias. Não obstante, a evidência científica mostra que a violência conjugal não é unilateral, isto é, não ocorre apenas nas mulheres ou nos homens, mas sim em ambos os géneros. A revisão de literatura realizada por Marasca et al. (2013) revela que a violência conjugal poderá ser um fenómeno transmitido geracionalmente, sendo importante identificar crianças e jovens inseridos em contextos onde é perpetuada este tipo de violência, para a devida intervenção e prevenção, devido à possibilidade de estes interiorizarem os modelos observados e transmitirem-nos para os seus relacionamentos futuros (Faleke, 2006).

Souza e Costa (2019) referem que no epicentro da violência doméstica encontram-se as relações abusivas, que são caracterizados pela transcendência dos limites físicos e/ou psicológicos, nomeadamente através dos ciúmes excessivos e pela tentativa de controle do outro, como, por exemplo, nas atividades diárias, com quem a vítima pode ou não comunicar e estabelecer contacto, nas redes sociais, no vestuário e, ainda, a nível económico. Segundo Narvaz e Koller (2006), são diversas as mulheres que são vítimas de violência doméstica, o que conduz a um sofrimento e adoecimento físico e psicológico, bem como a formação de traumas. Apesar do crescimento exponencial de denúncias, facto é que ainda existem mulheres que permanecem no relacionamento abusivo (Souza & Costa, 2019).

Em Portugal, no 2º trimestre de 2024, foram registadas, de acordo com o Portal CIG (2024), 7738 ocorrências de violência doméstica, sendo que 3833 das vítimas eram do sexo feminino, cerca de 123 vítimas eram do sexo masculino e cerca de 3776 eram crianças. Houve, ainda, 3 vítimas mortais, 2 do sexo feminino e 1 do sexo masculino (CIG, 2024).

Segundo Koziol-Mclain (2001) e Bonfatti (2023) a violência doméstica é um problema de saúde pública e social, acarretando diversos impactos físicos e psicológicos na vítima e pessoas que a rodeiam. Na esfera dos impactos psicológicos e emocionais, compreende-se a importância do estudo das marcas invisíveis e, frequentemente, silenciosas (Guimarães et al., 2017), nas vítimas de violência doméstica, que, em parte, devido ao medo em verem o seu depoimento e as suas vivências traumáticas como sendo ilegítimos, experienciam uma dificuldade acrescida de reconhecerem esses mesmos impactos (Oliveira et al., 2018).

A violência psicológica, como, por exemplo, a humilhação, com o objetivo de inferiorizar a vítima e denegrir a sua imagem, geram um grande sofrimento, conduzindo, assim, a crenças depreciativas que afetam, conseqüentemente, o bem-estar físico e psicológico da vítima (Guimarães et al., 2017).

Perante isto, Melo e Pederiva (2016) defendem que é necessário que se analise a subjetividade de cada elemento que constitui a relação abusiva, nomeadamente o elemento que sofre a violência e o abuso e permanece na mesma. Surge, assim, a necessidade de se analisar a vítima de acordo com o seu panorama familiar, social e histórico, uma vez que cada um é único e específico (Melo & Pederiva, 2016).

Um fator explicativo desta permanência da vítima em relações abusivas são as crenças e as normas culturais assentes na desigualdade de género (Gomes & Fernandes, 2018). Esta desigualdade constitui-se como um confronto direto na própria relação abusiva, que, comumente, são pautadas pelo poder do homem sobre a mulher (Jacobucci, 2004), isto é, as relações abusivas em que há invasão e poder sobre o outro elemento têm enraizadas certas normas culturais, baseadas na educação e costumes de que o homem é superior e dominador, sendo a visão que é imposta à mulher oposta (Falchetto & Olivetto, 2017). Para Narvaz (2005), as crenças da vítima determinam a sua permanência na relação abusiva. O autor dá, ainda, exemplos de crenças, sendo elas: “a relação é para sempre”, “espera de uma mudança de comportamento”, “medo de estar só” ou, por exemplo, “ser considerada culpada” (Narvaz, 2005).

Payne e Wermeling (2009) defendem, ainda, que a manipulação emocional e o Ciclo de Abuso – constituído pelas fases de Tensão, Agressão e Lua-de-Mel (caracterizadas pelo apaziguamento e acariciamento do agressor para com a vítima) – são fatores que contribuem para a esperança na mudança comportamental do agressor. O constructo de “crença” auxilia a compreensão dos pensamentos, bem como dos comportamentos, dos sujeitos, o que inclui, por si só, a violência (Rokeach, 1981). Cláudio et al. (1994) defendem que a maneira como um determinado sujeito avalia a informação proveniente do exterior depende das suas crenças. Bandura (1979) defende, ainda, que a carga afetiva que é aplicada ao fenómeno de violência doméstica determina e influencia os comportamentos dos indivíduos.

A vitimação em idade adulta parece ser, ainda, influenciada pela exposição à violência no decorrer da infância em duas vertentes: uma primeira explicação decorre do facto de a exposição à violência na infância e/ou adolescência conduza à maior aceitação e normalização da violência por parte da mulher, isto é, a mulher tende a aceitar e normalizar os atos de violência por parte do companheiro; uma segunda explicação assenta na modalidade de que as mulheres tendem a procurar companheiros cujas características sejam idênticas às dos seus modelos familiares (Manita, 2008). O mesmo autor refere, ainda, que a empregabilidade seja um fator determinante nesta permanência da vítima na relação abusiva, na medida em que a situação laboral das vítimas determina, muitas vezes, a denúncia da situação violenta (mulheres empregadas tendem a procurar intervenção formal mais frequentemente). Assim, quanto mais recursos a mulher vítima de violência doméstica tiver, maior serão os seus recursos para sair de situações abusivas e violentas (Gelles, 1976).

Outro fator identificado é a dependência emocional da vítima sobre o agressor. Neste ponto, é de especial relevância compreender o trajeto individual da vida da vítima (Santos, 2013). A dependência emocional caracteriza-se por uma necessidade acrescida imposta no outro para que a estabilidade emocional seja estabelecida (Bution & Wechsler, 2016). Porém, dependência emocional difere de dependência funcional, sendo que o primeiro conceito depende da necessidade e atenção de terceiros e a segunda refere-se à incapacidade de tratar de si próprio, necessitando de uma pessoa vista como “mais forte” (Arntz, 2005). A falta de reciprocidade, de acordo com Rodrigues e Chalhub (2009), assume-se como um fundamento da dependência afetiva, criada através de uma má

vinculação com a figura de vinculação na infância, conduzindo a uma procura desse afeto em terceiros.

Não obstante, a procura e a necessidade de dependência do companheiro (Payne & Wermeling, 2009) têm origem, frequentemente, em experiência passadas e contínuas de desamparo e de abandono, seja este de cariz real ou imaginário, fundando a necessidade de procura da evitação do mesmo (Santiago et al., 2023). A procura de satisfação e segurança numa relação abusiva condiciona a sensação de autorrealização, muitas vezes falsa e imaginária (Riso, 2014). Posto isto, Payne e Wermeling (2009) demonstram, igualmente, que o risco de ocorrer violência letal amplia aquando da tentativa da vítima em deixar a relação abusiva, o que leva a que essa mesma permanência na relação abusiva passe a ser vista como um meio de sobrevivência.

Enquadramento Legal e Fatores Associados

Em Portugal, no decorrer da época de 90, foi desenvolvido um quadro legislativo mais específicos para as vítimas de violência doméstica, que, até então, encontravam-se protegidas pela Lei Fundamental, constada na Constituição da República Portuguesa (Dias, 2010).

Em Portugal, a violência doméstica começou a ser púnica pela lei em 1982, com o Art. 152º n.º 1 do Código Penal (CP) (Anexo A) tendo este crime desenvolvido um carácter evolutivo, na medida em que, inicialmente, era considerado um crime semipúblico e, mais recentemente, tornou-se um crime público (Centro de Estudos Judiciários, 2020).

Na década de 90, a violência doméstica começou a tornar-se mais relevante na agenda política, originando o diálogo aberto e explícito sobre este conceito pela Organização Mundial de Saúde. Em 1994, após a conferência internacional de saúde pública sobre a violência, definiu-se a violência doméstica como uma problemática de saúde pública, tornando-se, assim, urgente o atendimento e reabilitação às vítimas.

A maior visibilidade dada à violência doméstica, em Portugal, reflete-se num processo evolutivo da legislação, transportando-se para a criação e, conseqüentemente, desenvolvimento de um conjunto de respostas dirigidas às vítimas deste crime público e, igualmente, junto da necessidade de intervenção com os sujeitos perpetradores de violência doméstica, onde se insere a Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro que tem como principal objetivo a prevenção da reincidência dos mesmos.

Gómez (2007) postula que apenas é possível intervir com a vítima de violência doméstica se, em simultâneo, ocorrer a intervenção junto daquele que a perpetua, o que fornece, de acordo com Ferrer-Perez et al. (2016) e Manita (2008) proteção à vítima, reduzindo, assim, os níveis de reincidência.

Azambuja e Nogueira (2008) referem que a Organização Mundial de Saúde, em 1997, formalizou uma investigação sobre a violência contra as mulheres, constatando que seria um fenómeno universal, sendo, inclusive, os perpetradores de VD conhecidos das vítimas (Skinner et al., 2005).

Deste modo, em Portugal, ocorreu a criação de organizações sociais sem fins lucrativos, como, por exemplo, a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. A APAV, enquanto instituição, surge no processo de consciencialização dos direitos das vítimas de crimes com o objetivo de preencher lacunas existentes, devido à escassez de estruturas de apoio (APAV, 2005).

Objetivo

Deste modo, e apesar dos avanços científicos na área e da crescente visibilidade do crime de violência doméstica, é essencial que se compreenda os fatores que conduzem à permanência da vítima na relação abusiva. Efetivamente, a evidência empírica revela que a permanência da vítima em relações abusivas, pautadas por episódios violentos, levam a uma reflexão, nomeadamente acerca da estrutura social e institucional da vítima. A compreensão destes fatores conduz, para além do alargamento do conhecimento científico e empírico, a uma maior probabilidade de se criar intervenções mais ricas e eficazes, capazes de prevenir a revitimização. Precisamente por esse motivo, a presente investigação torna-se relevante e tem como objetivo central avaliar e sumariar cuidadosamente a evidência existentes sobre o objetivo em estudo.

Metodologia

A metodologia para esta revisão sistemática teve como guia orientador as normas *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta – Analyses* (Prisma, 2020).

Critérios de Elegibilidade

Foram definidos como critérios de inclusão, de modo a determinar a elegibilidade dos artigos: ter sido redigido em português e inglês, entre os anos de 2014 e 2024, ter sido revisão independente por pares e ter uma amostra independente de vítimas adultas do sexo feminino e perpetradores de VD do sexo masculino.

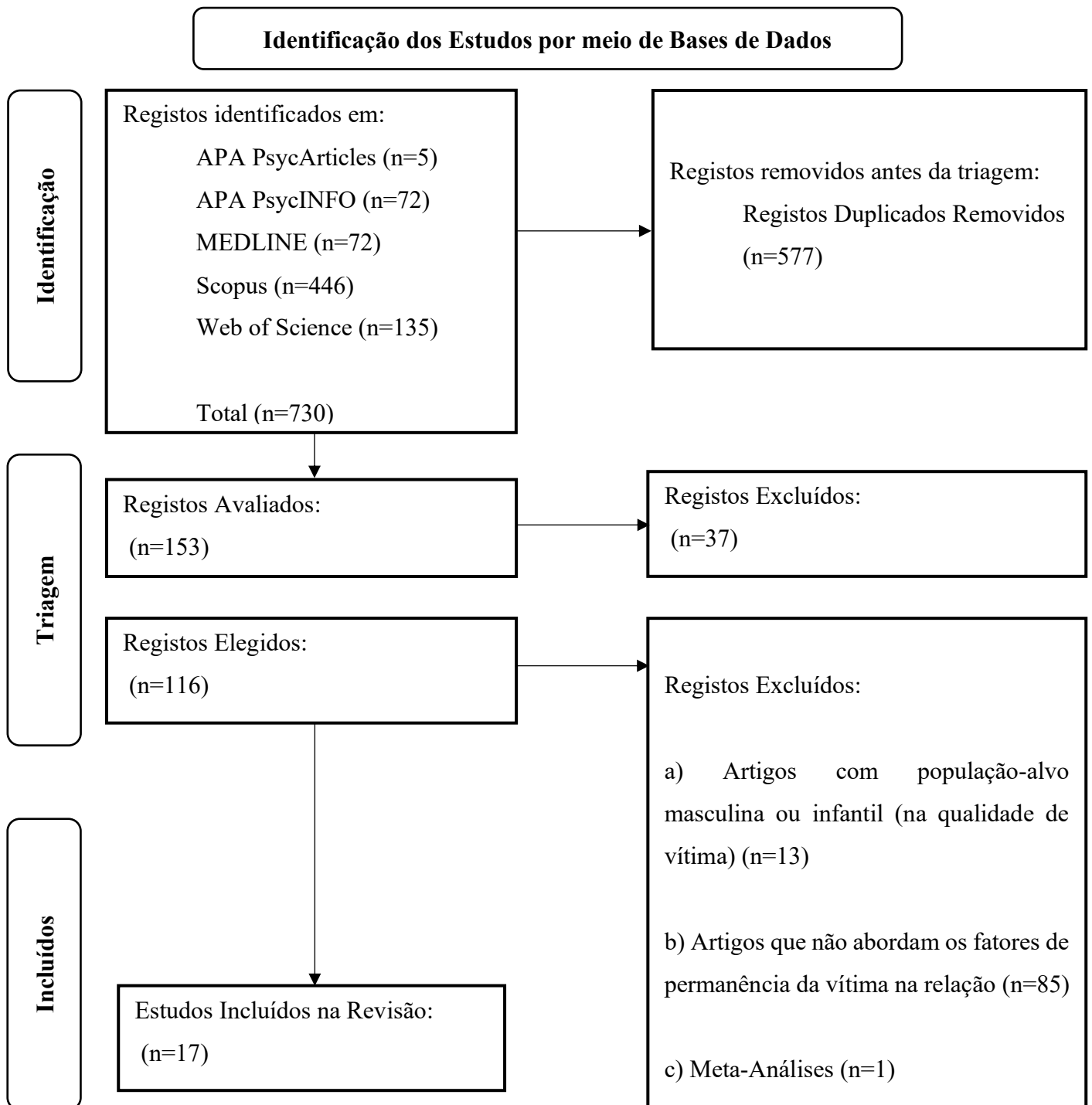
Como critérios de exclusão, procedeu-se à exclusão de artigos com amostras independentes de vítimas do sexo masculino e população infantil (na qualidade de vítima), artigos que não abordem os fatores que conduzem à permanência da vítima na relação abusiva e revisões sistemáticas.

Estratégias de Pesquisa

Foi realizada a pesquisa no dia 26 de março de 2025, sendo que os artigos foram retirados do EBSCOhost (<https://search.ebscohost.com/>), nas bases de dados APA PsycINFO, APA PsycArticles, Scopus, Web of Science e MEDLINE, e Scopus (<https://www.scopus.com/>). Foram utilizados os seguintes descritores: *Domestic violence, Intimate partner violence, Domestic abuse, Spousal abuse, Stay, Persist, End, Return, Remain, Battered Women*, validados no DeCS/MeSH. Para estas mesmas bases de dados foi formulada a seguinte equação de pesquisa: [("domestic violence" OR "intimate partner violence" OR "domestic abuse" OR "spousal abuse") AND ("stay*" OR "persist*" OR "end*" OR "return*" OR "remain") AND ("Battered Women")]. Na figura seguinte (Figura 1) encontra-se ilustrado o processo de elegibilidade dos artigos para a presente revisão sistemática.

Figura 1

Fluxograma da Identificação de Estudos e do Processo de Seleção (Prisma, 2020)



Seleção de Estudos

A questão de investigação foi definida seguindo o esquema de referência PICo – População, Área de interesse e Contexto (“Quais são os fatores preditores da permanência da vítima na relação abusiva?”). A população sendo constituída por mulheres vítimas de violência doméstica (não foram aplicadas restrições de etnia, entre outras características pessoais); a área de interesse pelas intervenções realizadas por psicólogos, incluindo abordagens terapêuticas e estratégias de apoio; contexto: fatores psicossociais e contextuais que influenciam a permanência dessas mulheres em relações abusivas.

No que diz respeito à seleção foram excluídos os artigos duplicados, em seguida procedeu-se à leitura de títulos e leitura dos resumos. Por último foi realizada a leitura integral dos artigos, tendo sempre em conta os critérios de inclusão e exclusão. Os estudos foram salvos e organizados, desde o início, no *software Endnote*.

Resultados

Posto isto, obteve-se um total de 730 artigos. Após a exclusão dos artigos duplicados (577 artigos), resultaram 153 artigos. Dos 116 artigos elegíveis, apenas 17 foram selecionados, tendo, portanto, sido excluídos 13 artigos por não terem como população-alvo vítimas mulheres em relações abusivas heterossexuais, 85 artigos por não abordarem os fatores facilitadores da permanência da vítima na relação abusiva e 1 artigo por se constituir como uma meta-análise.

Os resultados obtidos serão divididos em três instâncias: numa instância inicial, será apresentado um resumo das características gerais dos estudos incluídos na revisão, com foco no delineamento, objetivo, variáveis em estudo e tipos de medidas utilizadas (Tabela 1), seguido das características demográficas dos participantes dos estudos selecionados (Tabela 2). Por fim, a terceira instância terá como epicentro a sintetização final dos principais resultados e conclusões dos estudos revelantes para o objetivo do estudo.

Descrição Geral dos Estudos

As características gerais dos 17 estudos incluídos encontram-se resumidos na Tabela 1. Os 16 artigos foram publicados ao longo de 10 anos, entre os anos de 2014 e 2024. As amostras são provenientes dos seguintes países: EUA ($n=7$), Israel ($n=2$), Bolívia ($n=1$), Filipinas ($n=2$), Reino Unido ($n=1$), Espanha ($n=1$), Itália ($n=1$), Portugal ($n=1$) e Canadá ($n=1$). Quanto ao delineamento dos estudos, foram obtidos estudos com desenho de investigação qualitativo transversal ($n=9$), qualitativo longitudinal ($n=3$), quantitativo transversal ($n=1$) e quantitativo longitudinal ($n=4$). Relativamente aos objetivos dos estudos, avaliou-se: as influências culturais, familiares, espirituais e religiosas, bem como os fatores contextuais, interacionais e sociais no comportamento da mulher vítima de violência doméstica; examinou-se as crenças sobre companheiros abusivos e a ideologia patriarcal; o papel do abuso e as suas circunstâncias; o impacto da distorção cognitiva no processo de permanência ou não na relação abusiva; examinou-se as perdas e os ganhos da vítima de VD ao permanecer ou sair da relação abusivas; identificar fatores preditores das ações das mulheres vítimas de VD; e, por fim, identificar os fatores socioeconómicos/demográficos que influenciam a atitude da vítima face ao relacionamento abusivo.

Tabela 1*Objetivos e Características Gerais dos Estudos Revistos*

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023	Israel	Examinar os fatores que contribuem para a decisão de sair ou permanecer na relação abusiva	Quantitativo; Longitudinal.	-	Violence Severity (Eisikovits et al., 2004); Expectations of the Shelter (Lyon et al., 2008); Social Support (Soskolne & Manor, 2009)
Bhandari & Sabri, 2020	EUA	Explorar os padrões de abuso, os fatores e circunstâncias que conduziram à mudança	-	Qualitativo; Transversal.	Entrevistas Semi-Estruturadas sobre os episódios traumáticos e abusivos

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Burge et al., 2017	EUA	Compreender os padrões de violência conjugal diários	-	Qualitativo; Longitudinal.	Appraisal Dimenson Scales (Vitalino, 1985); Herth Hope Scale (Herth, 1992); Duke Social Support and Stress Scale (Parkerson, 1986); COPE (Carver et al., 1989); Readiness for Change (Prochaska & DiClemente, 1986); BioPSSI (Katerndahl & Oyiriaru, 2007); Medical Outcomes Study Short Form-36 (McHorney et al., 2994); Health Care Utilization Questionnaire
Estrellado & Loh, 2014	Filipinas	Explorar fatores associados com a decisão de permanecer ou abandonar a relação abusiva	-	Qualitativo; Transversal.	Entrevistas Semi-Estruturadas sobre o(s) motivo(s) que conduziram à permanência ou abandono da vítima da relação abusiva

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Di Basilio et al., 2022	Reino Unido	Explorar as dinâmicas e fatores associados à violência doméstica e à decisão dos sobreviventes em permanecer ou abandonar a relação	-		Entrevistas Semi-Estruturadas
García-Jiménez et al., 2022	Espanha	Explorar o impacto do processo de libertação de uma relação abusiva através de processos legais	Quantitativo; Transversal.	-	Questionnaire for Sociodemographic Data and to Obtain the Predicted Likelihood of Disengagement (Cala et al., 2016); The Psychosocial Separation Scale (Roca-Cortés et al., 2015)

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Estrellado & Loh, 2019	Filipinas	Descrever e analisar as perdas e ganhos experienciados por mulheres filipinas vítimas de violência conjugal, na decisão de permanecer ou sair de um relacionamento abusivo	-	Qualitativo; Transversal.	Entrevistas Estruturadas centradas nas perdas e nos ganhos consequentes da permanência ou abandono da vítima da relação abusiva
Heim et al., 2018	Bolívia	Examinar o papel da distorção cognitiva no processo de tomada de decisão de permanência/saída da relação abusiva	-	Qualitativo; Longitudinal.	Extent of Partner Violence (Dutton, 1992); Intention to Leave/Stay; Relationship Status; Inconsistency-Tension; Cognitive Distortion (Pape & Arias, 2000)

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Katerndahl et al., 2015	EUA	Explorar o impacto dos sintomas espirituais e religiosos no processo de tomada de decisão de permanência na relação abusiva	Quantitativo; Longitudinal.	-	Health Care Utilization Form (Katerndahl & Realini, 1997); COPE (Carver et al., 1989); Biopsychosociospiritual Inventory (Katerndahl & Oyiriaru, 2007)
Katerndahl et al., 2019	EUA	Identificar preditores de necessidade de tomada de decisão e da tomada de decisão em si por parte de vítimas de VD	-	Qualitativo; Longitudinal.	Modified Conflict Tactic Scale (Straus et al., 1980); Alcohol Use Disorder Identification Test (Bradley et al., 1998)

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Lim et al., 2015	EUA	Examinar as cognições subjacentes ao processo de tomada de decisão de permanência na relação abusiva entre sobreviventes do crime de violência doméstica	-	Qualitativo; Transversal.	Traumatic Life Events Questionnaire (Kubany, 2004); Entrevista Semi-Estruturada sobre a forma como os participantes processavam os diversos eventos traumáticos
Pitts, 2014	EUA	Examinar situações particulares e características individuais de incidentes de violência interpessoal experienciado por	-	Qualitativo; Transversal.	Definição de violência interpessoal; Police Report; Fatores demográficos e culturais; Fatores situacionais

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
		imigrantes latinas nos EUA	Quantitativo; Longitudinal.		
Pomicino et al., 2019	Itália	Examinar a situação de mulheres que se apresentaram voluntariamente num centro de apoio a vítimas		-	Questionários referentes à violência, estado atual da relação com o agressor, problemas financeiros
Montero et al., 2015		Identificar os fatores associados com o abandono da relação abusiva em mulheres atendidas em serviços de saúde primária	Quantitativo; Longitudinal.	-	Spanish Version of the Index of Spouse Abuse (Plazaola-Castaño et al., 2009)

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Sani & Pereira, 2020	Portugal	Compreender as razões de permanência ou abandono da relação abusiva e como isso afeta o planejamento da intervenção psicossocial nas vítimas	-	Qualitativa; Transversal.	Entrevistas Semi-Estruturadas com o objetivo de (1) compreender se a violência experienciada na relação afeta as capacidades parentais das vítimas e (2) fatores que conduziram ao abandono ou permanência da vítima na relação abusiva
Nicholson & Lutz, 2017	EUA	Examinar o potencial da dissonância cognitiva como mecanismo que afeta a decisão de abandono ou permanência na relação abusiva	-	Qualitativo; Transversal.	Dissonância Cognitiva (Festinger, 1957); Normas Sociais e Culturais (Cooper & Fazio, 1984)

Autores	País	Objetivo	Delineamento		Tipos de Medida
			Quantitativos	Qualitativos	
Velonis et al., 2017	Canadá	Compreender as inter-relações entre a violência conjugal, estabilidade familiar e saúde entre mulher que experienciam este tipo de violência	-	Qualitativo; Transversal.	Entrevistas Semi-Estruturadas centradas na percepção das vítimas em relação à instabilidade a nível da habitação, violência por parte do companheiro, saúde física e/ou psicológica, estratégias de <i>coping</i> e recurso a serviços de apoio à vítima

Tabela 2

Características dos participantes dos estudos revistos e os resultados da investigação.

Autores	Participantes	Resultados
Katerndahl et al., 2015	n=200 (200♀) Midade=38.2	Aspetos religiosos e espirituais influenciam a experiência de violência em contexto de intimidade, na medida em que algumas dimensões destes aspetos associam-se a menores níveis de sofrimento psicológico e melhores estratégias de <i>coping</i> , mas, porém, outras dimensões relevaram-se relacionadas à permanência na relação abusiva, isto é, a fé e a participação ativa na religião poderiam atuar de forma protetora ou contribuir para a aceitação passiva da violência. Entende-se por fatores de risco da fé: culpa e/ou vergonha por sentir que estão a abandonar e a falhar a Deus e, por outro lado, entende-se como fatores protetores da fé: práticas de orações e procura de conselheiros espirituais, que facilita a busca de auxílio e a rotura da relação abusiva

Autores	Participantes	Resultados
Bhandari & Sabri, 2020	n=20 (20♀) M _{Idade} =38.8	<p>Momentos críticos, como, por exemplo, perigo de vida para a vítima e/ou filhos, funcionaram como <i>turning points</i> para a decisão da vítima em abandonar a relação abusiva. <i>Turning points</i>: aumento da severidade dos episódios de violência, a intervenção da autoridade, consciencialização do impacto que os episódios violentos teriam nos filhos e na própria vítima e ameaças de morte por parte do companheiro abusivo</p>
Heim et al., 2018	n=134 (134♀) M _{Idade} =34.6	<p>Distorções cognitivas: Participantes revelaram crenças irracionais (<i>Partner Attribution, Perceived Control, Relationship Appraisal e Outcome Expectations</i>) acerca da mudança de comportamento dos companheiros abusivos, acreditando que este mudaria com o passar do tempo e esforço</p> <p>Experiências passadas: Relação significativa entre as distorções cognitivas e experiências passadas de abuso</p> <p>Decisão de permanência na relação abusiva: Participantes que apresentavam mais distorções cognitivas têm maior tendência a permanecer na relação abusiva</p>

Autores	Participantes	Resultados
Ben-Porat & Reshef-Matzpoorn, 2023	n =506 (506♀) M Idade=48.8	<p>Mulheres que tendem a normalizar a violência psicológica, demorando a identificar o comportamento e identificá-lo como violento, têm um risco acrescido de permanecer na relação abusiva. A esperança de mudança, dependência econômica, preocupações com os filhos, pressão social e medo do agressor condicionam a permanência na relação abusiva. Por outro lado, o aumento da gravidade da violência e perigo de vida incentivam o abandono da relação – decisão esta que é pautada por diversas tentativas de reconciliação</p>
Estrellado & Loh, 2019	n =60 (60♀) M Idade=38	<p>A permanência na relação abusiva é pautada por fatores culturais, econômicos e emocionais, na medida em que as mulheres inseridas nestes contextos apresentam sofrimento físico e psicológico, baixa autoestima, etc., com o objetivo de manter a família unida e tendo esperança na mudança do comportamento do companheiro. O medo de represálias, estigma social e dependência econômica surgem, igualmente, como fatores de dilema. As vítimas que permaneceram na relação abusiva, na sua maioria, têm uma imagem do seu <i>self</i> distorcida.</p>

Autores	Participantes	Resultados
Katerndahl et al., 2019	n=143 (143♀) M _{Idade} =44.9	Entender a necessidade de serem ajudadas não conduz, de forma imediata, ao abandono da relação abusiva. O suporte exterior e o reforço da autoestima são elementos essenciais para que ocorra a tomada de decisão de mudança
Burge et al., 2017	n=144 (144♀) M _{Idade} =18-64	Muitas vítimas não reconheciam a sua situação como abusiva, não se identificando como vítimas. Através da participação na investigação, as vítimas ganharam consciência sobre a situação onde estavam inseridas, realizando mudanças comportamentais em relação ao mesmo
Estrellado & Loh, 2014	n=40 (40♀) M _{Idade} =34.8	Fatores intrapessoais, como, por exemplo, características da personalidade e recursos pessoais, e interpessoais, como, por exemplo, apoio social, presença de filhos, características do abuso e fatores socioculturais, estão associados à decisão da vítima em permanecer ou abandonar a relação abusiva
Di Basilio et al., 2022	n=12 (12♀) M _{Idade} =44.4	A decisão de permanência ou abandono da relação abusiva está relacionada à dependência emocional, na medida em que as vítimas retardam a decisão de abandono, precisamente devido a essa dependência, ainda que com sofrimento associado

Autores	Participantes	Resultados
García-Jiménez et al., 2022	n=80 (80♀) M_{Idade}=41.1	<p>Uma elevada percentagem da amostra não considerou as opções e hipóteses legais de forma autónoma, pensando, inclusive, em permanecer na relação abusiva e/ou manter contacto com o alegado agressor. Ainda, menos de metade das vítimas obteve medidas de proteção, sendo que, aproximadamente metade, já teria abandonado a relação abusiva aquando do início dos processos legais.</p>
Lim et al., 2015	n=25 (25♀) M_{Idade}=31.8	<p>Algumas vítimas de VD que permanecem na relação abusiva possuem um histórico de vitimação prévia (na infância), o que conduz à normalização dos episódios violentos e, por sua vez, à manutenção da relação abusiva</p>
Pitts, 2014	n=568 (568♀) M_{Idade}=31.5	<p>Quanto maior o nível de escolaridade, mais seria a probabilidade de a vítima denunciar o episódio abusivo</p>

Autores	Participantes	Resultados
Pomicino et al., 2019	n=124 (124♀) M _{Idade} =41.2	Após 3-5 anos do último contacto com o centro de apoio à vítima, 44.7% das vítimas ainda experienciavam violência doméstica, estando, portanto, fatores subjacentes a este fenómeno, nomeadamente a violência psicológica continuada, contacto com o agressor (devido à guarda partilhada e/ou perseguição, por exemplo), estar desempregada e ter filhos. Porém, o estudo enfatiza, igualmente, fatores associados ao abandono da relação abusiva – estar empregado e não estabelecer contacto com o alegado agressor
Montero et al., 2015	n=2464 (2464♀) M _{Idade} =N.D.	A permanência da vítima na relação abusiva é pautada por fatores como: desvantagem e poucos recursos financeiros e económicos, escassez de apoios sociais, violência prolongada e com início tardio. Por sua vez, o estudo revela, também, fatores associados ao abandono da vítima da relação abusiva, nomeadamente: recurso a auxílio de serviços especializados e comunitários e afastamento do alegado agressor. Não obstante, há probabilidade de, ainda após o abandono da relação abusiva, ocorrer revitização
Sani & Pereira, 2020	n=15 (15♀) M _{Idade} =47.9	Mães vítimas de violência doméstica tendem a permanecer na relação abusiva, devido à vergonha, dependência financeira e proteção dos filhos. Porém, quando abandonam a relação, revelam fortalecimento da autorregulação, recebem suporte familiar e colocam como prioridade a segurança dos filhos

Autores	Participantes	Resultados
Nicholson & Lutz, 2017	n=N.D. M_{Idade}=N.D.	<p>A dissonância cognitiva – tensão criada aquando de um conflito interno entre o que a crença do sujeito e o que este vive – constitui-se como um mecanismo de defesa psicológico que contribui para a permanência das vítimas na relação pautada por episódios de violência. As vítimas tendem a diminuir as consequências e gravidades dos episódios violentos, com o objetivo de amenizar o sofrimento experienciado</p>
Velonis et al., 2017	n=41 (41♀) M_{Idade}=N.D.	<p>A decisão de permanência ou abandono da relação abusiva é influenciada por fatores como, por exemplo, desemprego, pobreza e escassez de apoios sociais. Verifica-se, frequentemente, uma responsabilização da vítima por não abandonar a relação abusiva. Vítimas com historial de vitimação continuada e prolongada manifestam uma maior dificuldade em abandonar a relação abusiva e romper com o ciclo de violência. Deste modo, devem-se considerar, igualmente, os défices estruturais que impossibilitam a vítima de se tornarem autónomas e, conseqüentemente, abandonarem a relação abusiva</p>

Sintetização Final dos Resultados

De acordo com os resultados obtidos dos 17 estudos incluídos na revisão, compreende-se que a os valores culturais normas patriarcais, a educação, a dependência económica, área de residência, aspetos religiosos e espirituais, distorções cognitivas e, igualmente, o estado psicológico da vítima são fatores que condicionam a permanência da vítima de VD na relação abusiva.

A síntese dos resultados será dividida entre os artigos quantitativos e qualitativos.

Artigos Quantitativos

Os resultados dos artigos quantitativos revelam que a decisão de permanência/abandono da relação pautada por episódios de violência têm como epicentro diversos fatores, nomeadamente individuais, sociais, culturais e, por exemplo, religiosos.

A escolaridade está associada a uma maior probabilidade de a vítima abandonar e denunciar a relação abusiva, sendo, portanto, e segundo Montero et al. (2015) e Pomicino et al. (2019), a educação um fator protetor da violência ($p < .001$). O apoio e suporte familiar e social são, igualmente, importantes, na medida em que a empregabilidade, por exemplo, se destaca como sendo um recurso que aumenta a probabilidade de a vítima abandonar a relação abusiva ($p < .002$).

A presença anterior da vítima em casas abrigo, por sua vez, aumenta a probabilidade de a vítima retomar, posteriormente, a relação abusiva, apesar de este tipo de suporte institucional ter como função proteger a vítima e prevenir esse mesmo fenómeno (Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023).

A violência psicológica é, efetivamente, a forma de violência mais relatada pelas vítimas (79.8%, de acordo com os resultados de Pomicino et al. (2019)), sendo que quanto maior são os níveis de violência psicológica reportados, maior a probabilidade de a vítima abandonar a relação abusiva (Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023; Pomicino et al., 2019).

As normas culturais são, também, importantes de serem analisadas, precisamente porque por o ambiente cultural em que as vítimas cresceram pode influenciar os padrões comportamentais e de resposta ao abuso. Nesta medida, o estudo de Ben-Porat e Reshef-Matzpoon (2023), 95% das vítimas de nacionalidade israelita permaneceu na relação abusiva, enquanto vítimas de outras nacionalidades, na sua maioria (58%), abandonou a relação abusiva ($\chi^2 = 38.19, p < .001$).

A espiritualidade e a componente religiosa poderão funcionar de dois modos distintos, de acordo com os resultados dos estudos analisados. Isto é, o uso de estratégias de *coping* religiosas, nomeadamente o recurso a conselheiros espirituais, podem ter efeitos positivos e negativos, ou seja: por um lado, essas estratégias de *coping* podem gerar uma motivação para a vítima abandonar a relação abusiva, mas, por outro lado e em alguns casos, pode reforçar a aceitação passiva da violência, devido, por exemplo, à culpa por sentir que estará a abandonar Deus ao abandonar uma união religiosa (Katerndahl et al., 2015).

Artigos Qualitativos

Os estudos qualitativos incluídos na presente revisão sistemática permitiram, igualmente, a identificação de fatores que conduzem a vítima ao abandono/permanência na relação abusiva. Efetivamente, a violência tende a ter início após o casamento, sendo que, em alguns casos, as vítimas relatam já terem identificado alguns sinais, durante o tempo de namoro com o parceiro abusivo. No entanto, as vítimas ignoraram esses sinais de alarme, devido às distorções cognitivas e à esperança de que o comportamento do parceiro se modificasse. Nesses sinais de alerta incluem-se agressões físicas, verbais, psicológicas, sexuais e, inclusive, controlo financeiro. Aqui, surge o ciclo da violência, iniciando-se, frequentemente, pelas agressões verbais e evoluindo para as físicas, seguindo-se de períodos de reconciliação, pautados por fases mais tranquilas, embora apenas de forma aparente, o que reforça as distorções cognitivas e, por sua vez, conduz à permanência da vítima na relação abusiva (Bhandari & Sabri, 2020; Heim et al., 2018).

No entanto, apesar dos factos relatados, foi possível identificar alguns *turning points*, isto é, pontos de viragem em que a vítima procede ao abandono da relação abusiva, como, por exemplo, o aumento da severidade dos episódios de violência, a intervenção da autoridade, muitas vezes através dos vizinhos, a consciencialização do impacto que os episódios violentos teriam nos filhos e o receio pela sua própria vida (Bhandari & Sabri, 2020; Estrellado & Loh, 2014).

Ainda, a dependência emocional e a dificuldade em tomar decisões encontram-se relacionadas à permanência da vítima na relação abusiva, sendo que quanto maior a autonomia da vítima e maior autoestima, mais facilmente esta toma a decisão de abandonar a relação abusiva (Estrellado & Loh, 2014; Velonis et al., 2017). Fatores como vergonha, medo de represálias e distorções cognitivas (esperança na mudança do

comportamento do agressor) favorecem a permanência da vítima na relação abusiva (Sani & Pereira, 2020).

A fase da “lua-de-mel” do ciclo da violência, em conjunto com as distorções cognitivas, reforçam a permanência da vítima na relação abusiva (Heim et al., 2018). Por outro lado, o estudo de Burge et al. (2017) reforça que: atividades de reflexões, questionários e diários de relatos diários revelaram-se fatores motivadores do abandono da vítima da relação abusiva, devido, precisamente, às mudanças emocionais e comportamentais que estes recursos potencializam.

Em conformidade com os resultados dos estudos quantitativos, os estudos qualitativos reforçam a importância de uma rede de apoio social e institucional e a forma como estes favorecem o abandono da vítima da relação abusiva (Velonis et al., 2017; Pitts, 2014).

Discussão

A compreensão dos fatores que influenciam a permanência da vítima na relação pautada por episódios violentos e abusivos é de extrema importância, dado que, como visto de acordo com a literatura existente, a violência doméstica trata-se de um fenômeno enraizado culturalmente, essencialmente sustentado por desigualdades de gênero, continuando a gerar consequências devastadoras nas vítimas (Alves, 2011). Deste modo, a literatura revela que a permanência da vítima na relação abusiva encontra-se relacionada a diversos fatores, nomeadamente individuais, contextuais e relacionais, tais como: dependência emocional, dependência económica, histórico de vitimação, crenças culturais e religiosas e, inclusive, a dinâmica caracterizada pelo ciclo da violência (Riggs et al., 2000).

Os resultados obtidos são consistentes com a literatura já existente e sugerem que são diversos os fatores que contribuem para a permanência da vítima na relação abusiva, reforçando as coadjuvações de Riggs et al. (2000), que enfatiza a natureza multifatorial da violência doméstica. Aqui, destacam-se fatores culturais, económicos, psicológicos e sociais.

Fatores Socioeconómicos, Culturais e Religiosos na Permanência da Vítima

De acordo com os estudos analisados, é possível observar que as normas patriarcais enraizadas na sociedade desempenham um papel com significância, o que reforça a submissão da mulher e a dificuldade em tomar a decisão de permanecer ou abandonar a relação (Estrellado & Loh, 2019).

Um dos fatores centrais identificados é a dependência económica, na medida em que várias vítimas relataram que, devido à falta de recursos financeiros, sentem-se incapazes de abandonar a relação abusiva, corroborando com estudos anteriores que apontam que a instabilidade financeira aumenta a vulnerabilidade da vítima e a dependência do agressor. Para além disso, o controlo económico que é exercido pelo agressor impede o abandono da vítima da relação abusiva (Estrellado & Loh, 2019).

O contexto social e familiar é igualmente um fator preditor da permanência da vítima na relação abusiva, na medida em que é relatado por várias mulheres vítimas de VD a falta de apoio social, muitas vezes devido à pressão de que esta deve manter a sua família unida, conceptualizando a família como algo inquebrável, onde a mulher possui um papel de estabilizar o lar (Adjei, 2019). Além disso, os fatores religiosos e culturais

influenciam a percepção da mulher sobre a violência e a decisão de permanecer ou não na relação abusiva. As crenças religiosas poderão funcionar como um reforço para a esperança na mudança de comportamento do agressor, já que parte do próprio discurso religioso prega a submissão da mulher ao companheiro, o que conduz, mais uma vez, à dificuldade em abandonar o relacionamento abusivo (Katerndahl et al., 2015).

Deste modo, os resultados apontam para o facto de a permanência da vítima na relação abusiva estar relacionada a fatores externos como, por exemplo, a dependência económica e o contexto cultural em que a vítima está inserida (Estrellado & Loh, 2019). Não obstante, os valores patriarcais, as crenças religiosas e as normas sociais reforçam a aceitação passiva da violência por parte da vítima, conduzindo a uma dificuldade acrescida em romper com a relação abusiva (Katerndahl et al., 2015). Posto isto, conclui-se que o enquadramento sociocultural e económico da vítima surge como uma variável decisiva no processo de tomada de decisão da vítima em abandonar ou permanecer na relação abusiva (Estrellado & Loh, 2019; Katerndahl et al., 2015).

Dimensões Psicológicas e Cognitivas Associadas à Decisão da Vítima

Do ponto de vista psicológico, compreende-se que distorções cognitivas, como, por exemplo, a esperança na mudança de comportamento do parceiro abusivo e a normalização da violência constituem-se como fatores que impedem a rutura da relação (Heim et al., 2018). Posto isto, são diversas as vítimas que internalizam crenças de culpa e/ou vergonha, medo de represálias e não procuram ajuda (Estrellado & Loh, 2019). A violência psicológica que é exercida sobre estas mulheres, seja por meio da manipulação ou qualquer outro meio, destrói a autoconfiança da vítima (Katerndahl et al., 2019), fazendo com que a mesma tenha dificuldade em tomar decisões, nomeadamente a decisão de permanecer ou abandonar a relação abusiva (Estrellado & Loh, 2019). Além disso, o vínculo emocional com o agressor, fortalecido pelo ciclo de violência, nomeadamente a fase de “lua de mel”, conduz a um padrão que torna difícil o processo de tomada de decisão da vítima em permanecer ou não na relação abusiva (Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023).

Para além disso, de acordo com os estudos analisados, destacam-se os mecanismos psicológicos, como, por exemplo, a autculpabilização, a baixa autoestima, a dependência emocional, e mecanismos cognitivos, como, por exemplo, as distorções cognitivas, que dificultam a percepção de alternativas fora da realidade da relação abusiva

(Heim et al., 2018). O abuso continuado e a sua normalização, bem como a esperança de uma mudança no comportamento do perpetrador de VD, agravam o impacto que estes fatores têm no processo de tomada de decisão da vítima; Porém, a consciencialização da severidade dos abusos e/ou a existência e necessidade e proteção dos filhos são fatores que conduzem ao abandono da relação abusiva, o que nos conduz a uma reflexão sobre a existência de um “estado limite” da vítima (Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023).

As teorias expostas por Nicholson e Lutz (2017) vão ao encontro dos resultados encontrados na presente revisão de literatura, onde a dissonância cognitiva se constitui como um mecanismo que leva à permanência da vítima na relação abusiva, devido ao facto de a vítima, nos episódios abusivos e violentos, entra em conflito com a perceção e imagem que tem do parceiro (que seria, por exemplo, alguém confiável) e a consciencialização da gravidade dos episódios de violência. De modo a minimizar o desconforto e sofrimento psicológicos decorrentes destes episódios violentos, a vítima tende a minorizar a gravidade da violência experienciada, o que conduz à permanência na relação abusiva, através da criação de justificações para a ocorrência dos episódios, que, por sua vez, não permite o reconhecimento da gravidade da situação e da necessidade de romper com a relação abusiva (Nicholson & Lutz, 2017).

Rede de Suporte Social e Implicações Relacionais

O julgamento social e a possibilidade de a mulher ser rotulada como fraca, bem como as preocupações com os filhos são motivos que, frequentemente, são mencionados pelas vítimas. Não obstante, diversos estudos revelam como o crescimento em contextos e ambientes violentos conduzem a consequências nocivas ao desenvolvimento infantil (Mengistu, 2019).

Devido à pressão social e ao estigma, as mulheres que não abandonam a relação abusiva, por vezes, ignoram os sinais de alarme. No sul asiático, por exemplo, é comum que exista a crença de que ter uma filha solteira poderá significar constrangimento e vergonha para o resto da sociedade, sendo, por isso, o casamento considerado essencial, o que conduz, conseqüentemente, ao sentimento de que não poderiam abandonar o relacionamento (Allendorf, 2012).

Desde modo, é imposto pela sociedade às mulheres que aceitem a violência e, frequentemente, se culpem por a mesma ocorrer (Sabri et al., 2013). Apesar destes factos, muitas mulheres conseguem encontrar um *turning point* e abandonar a relação abusiva –

os fatores que propiciam este abandono são apontados pelos autores como sendo: aumento da gravidade do abuso, a autopercepção que a vítima tem sobre os episódios de violência e as ameaças aos filhos, sendo estes fatores consistentes com diversos estudos da literatura (Chang et al., 2010; Sabri et al., 2016).

Montero et al. (2015) indicam que, de acordo com o seu estudo transversal realizado em Espanha, das 2464 mulheres vítimas de violência doméstica, 36.1% abandonaram a relação abusiva, sendo este abandono relacionado, de forma significativa, com o seu nível de educação elevado, tipo de apoio social, empregabilidade, ausência de filhos dependentes e relacionamentos de menor duração (<5 anos). Posto isto, a separação do perpetrador de VD, de acordo com os autores, revela-se um fator determinante. Não obstante, 27.2% das mulheres separadas ainda experienciavam episódios de violência, estando em risco de revitimização (Montero et al., 2015).

Desta forma, os resultados dos estudos indicam a necessidade de intervir multidisciplinarmente para que se combata a permanência de vítimas de VD em relações abusivas. Para além do apoio psicológico e jurídico, a articulação de respostas integradas que considerem os diversos fatores, nomeadamente os económicos, sociais, culturais e religiosos, conduzem à promoção da autonomia das vítimas. O fortalecimento de redes de apoio e a ação comunitária são estratégias altamente eficazes e essenciais que, quando combinadas com abordagens terapêuticas que auxiliam a desconstrução de crenças erróneas e fortalecem a autoestima da vítima, levam ao aumento da taxa de abandono das vítimas das relações abusivas, bem como a sua revitimização.

Limitações

A presente revisão sistemática apresenta limitações, que devem ser ponderadas aquando da interpretação dos resultados obtidos. A seleção dos estudos limitou-se a dois idiomas (português e inglês), o que limita, por si só, a recolha de informação, na medida em que poderá haver outros estudos relevantes e com informação importante para o presente tema de investigação. Ainda, nem todos os estudos utilizaram o mesmo método de análise, o que dificulta o processo de análise dos resultados.

Para além disso, a presente revisão sistemática apenas abordou artigos cujas vítimas se constituíssem do sexo feminino e agressores do sexo masculino, limitando a amostra e a complexidade da compreensão do fenómeno da violência doméstica nas suas diferentes vertentes. Por fim, uma possível limitação considerada foi a exclusão da *grey*

literature, uma vez que esta não engloba uma revisão por pares e apresenta maior risco de ocorrência de viés de seleção.

Estudos Futuros

A presente revisão sistemática evidencia a complexidade do fenómeno da violência doméstica, nomeadamente os fatores que conduzem à permanência da vítima na relação abusiva, enfatizando a necessidade de uma intervenção mais diretiva e multidisciplinar.

Para estudos futuros, compreende-se a importância de se alargar o espectro cultural, na medida em que podem ser exploradas mais culturas e sociedades no contexto da violência conjugal, nomeadamente entre casais homossexuais, em formato longitudinal, uma vez que auxiliaria a compreensão dos fatores de abandono e/ou permanência das vítimas na relação abusiva, as suas crenças e alterações comportamentais, por exemplo, o que contribuiria para a melhoria dos serviços do campo do apoio à vítima. De igual forma, seria interessante a análise da faixa etária dos filhos no momento da rotura da relação abusiva e a forma como estes são afetados, bem como as implicações políticas e sociais associadas.

Conclusão

A presente revisão sistemática permitiu compreender a complexidade dos fatores que influenciam a tomada de decisão da vítima. Os resultados evidenciam que a decisão da vítima é pautada e moldada por uma interação de fatores socioeconômicos, culturais, religiosos, psicológicos, cognitivos e sociais. De facto, os valores patriarcais, as normas culturais, a dependência económica, a baixa escolaridade e crenças religiosas são fatores que reforçam a aceitação e normalização da violência e dificultam o processo de abandono da relação abusiva (Ben-Porat & Reshef-Matzpoon, 2023; Lim et al., 2015) e, por sua vez, a independência económica, maior nível de escolaridade e maior suporte familiar influenciam positivamente o processo de abandono da relação abusiva (Montero et al., 2015). A análise qualitativa dos estudos selecionados revela que as distorções cognitivas, a baixa autoestima, a autculpabilização e a dependência emocional surgem como mecanismos que reforçam o ciclo da violência, sendo que, no entanto, existem *turning points*, como, por exemplo, a consciencialização dos episódios abusivos e a necessidade de proteção dos filhos, motivam o processo de abandono da relação abusiva (Estrellado & Loh, 2019).

Uma rede social de apoio e intervenções eficazes e especializadas são essenciais para a emancipação da vítima, o que revela que o processo de abandono da relação abusiva não é dependente, somente, de fatores individuais, mas sim de um conjunto de fatores e contextos externos. Assim, surge a necessidade de reforçar políticas públicas e estratégias de intervenção que promovam a prevenção da revitimização (Burge et al., 2017). A complexidade do fenómeno da violência doméstica revela a importância da existência de uma abordagem multidisciplinar, onde se considerem as diferentes dimensões e fatores que contribuem para o processo de tomada de decisão da vítima relativamente à permanência ou abandono da relação abusiva.

Referências

- Allendorf, K. (2012). Women's agency and the quality of family relationships in India. *Population Research and Policy Review, 31*(2), 187–201.
- Alves, M. (2011). *Violência contra a mulher nas relações de intimidade. fatores cognitivos e culturais* [Dissertação]. Universidade do Porto.
- Andrews, D., Bonta, J., & Hoge, R. (1989). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal, Justice and Behavior, 17*(1), 19–52.
- Associação Portuguesa De Apoio À Vítima. (2005). *Manual de procedimentos dos Serviços de Apoio à Vítima de Crime na APAV*. APAV.
- Arce, R., Arias, E., Novo, M., & Fariña, F. (2020). Are interventions with batterers effective? A Meta-Analytical review. *Psychosocial Intervention, 29*(3), 153–164.
- Arntz, A. (2005). Pathological dependency: distinguishing functional from emotional dependency. *Clinical Psychology: Science and Practice, 12*(4), 411–416.
- Azambuja, M., & Nogueira, C. (2008). Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde Soc. São Paulo, 17*(3), 101–112.
- Babcock, J., Green, C., & Robie, C. (2002). Does batterers' treatment work? A meta analytic review of domestic violence treatment. *Clinical Psychology Review, 23*(8), 1023–1053.
- Bandura, A. (1979). *Psychological mechanisms of aggression*. Cambridge: University Press.
- Bandura, A. (1986). *Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory*. Prentice-Hall.

- Barroso, Z. (2007). *Violência nas relações amorosas: uma análise sociológica dos casos detectados nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto*. Lisboa: Colibri.
- Bonfatti, S., Ribeiro, L., & Granato, T. (2023). Violência doméstica e seu impacto emocional sobre o adolescente: um estudo de revisão. *Psic. Rev. São Paulo*, 32(1), 56–81.
- Bonta, J., & Andrews, D. (2017). *The psychology of criminal Conduct* (6th ed.). Routledge.
- Burge, S., Ferrer, R., Foster, E., & Becho, J. (2017). Research or intervention or both? Women's changes after participation in a longitudinal study about intimate partner violence. *Families, Systems, & Health*, 35(1), 25–35.
- Bution, D., & Wechsler, A. (2016). Dependência emocional: uma revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 7(1), 77–101.
- Buttell, F., Wong, A., & Power, D. (2012). Evaluating predictors of program attrition among women mandated into Batterer intervention treatment. *Research on Social Work Practice*, 22(1), 20–28.
- Campos, B., Tchalekian, B., & Paiva, V. (2020). Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/ Covid-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, 32.
- Centro de Estudos Judiciários. (2020). *Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno - manual pluridisciplinar*. Centro de Estudos Judiciários.
- CIG. (2024). *Dados oficiais relativos à violência doméstica em Portugal | 2o trimestre de 2024*. Comissão Para a Cidadania E a Igualdade De Género. Retrieved January 25, 2025, from <https://www.cig.gov.pt/2024/08/dados-oficiais-relativos-a-violencia-domestica-em-portugal-2o-trimestre-de-2024/>

- Cláudio, V., Pereira, M., & Robalo, P. (1994). Sida! a falsa protecção que o amor tece. *Análise Psicológica*, 2(3), 221–226.
- Connors, A., Mills, J., & Gray, A. (2013). Intimate partner violence intervention for high-risk offenders. *Psychological Services*, 10(1).
- Correia, S. (2013). *Crenças acerca da violência conjugal e rupturas da conjugalidade na população residente nos distritos de lisboa e setúbal* [Dissertação]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista Do Departamento De Sociologia Da FLUP*, 10, 245–262.
- Estrellado, A., & Loh, J. (2014). Factors associated with battered Filipino women’s decision to stay in or leave an abusive relationship. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(4), 575–592.
- Falcke, D. (2006). Filho de peixe, peixinho é: a importância das experiências na família de origem. *Colóquio*, 3, 83–97.
- Fernandes, J. (2023). *A violência conjugal e os mitos da violência doméstica* [Dissertação]. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Fernandéz, M. (2006). Cultural beliefs and domestic violence. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1087, 250–260.
- Ferrez-Perez, V., Ferreiro-Basurto, V., Navarro-Guzman, C., & Bosch-Fiol, E. (2016). Batterer Intervention programs in Spain: The professionals’ perspective. *Psychosocial Intervention*, 25, 159–168.

- García-Jiménez, M., Durfee, A., Cala-Carrillo, M., & Trigo, M. (2022). Psychosocial separation and women's disengagement from prosecutions against abusive intimate partners in Spain. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(11–12), 1–28.
- Gelles, R. (1976). Abused wives: Why do they stay. *Journal of Marriage and the Family*.
- Gomes, N., Diniz, M., Araújo, A., & Coelho, T. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias Género e geração. *Acta Paul Enferm*, 20(4), 504–508.
- Gomes, I., & Fernandes, S. (2017). A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da teoria da ação planejada. *Boletim - Academia Paulista De Psicologia*, 38(94).
- Gómez, J. (2007). Tratamiento psicológico para maltratadores. *Libro De Actas Do Congreso Abordaje Integral De La Violencia De Género*, 25, 159–168.
- Gonçalves, D. (2020). *Fatores de risco preditores de episódios de violência doméstica repetida: avaliação de risco focalizada nas vítimas* [Dissertação]. Universidade de Coimbra.
- Guimarães, R., Soares, M., Santos, R., Moura, J., Freire, T., & Dias, M. (2017). Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte*, 9(1), 1988–1997.
- Hamby, S., & Grych, J. (2013). *The web of violence*. Springer.
- Hamel, J., Ferreira, J., & Buttell, F. (2017). Gender and batterer intervention: Implications of a program evaluation for policy and treatment. *Research on Social Work Practice*, 27(4), 405–412.
- Hulley, J., Bailey, L., Kirkman, G., Gibbs, G., Gomersall, T., Latif, A., & Jones, A. (2023). Intimate Partner Violence and Barriers to Help-Seeking among Black,

Asian, Minority ethnic and Immigrant Women: A Qualitative Metasynthesis of Global research. *TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE*, 24(2), 1001–1015.

Jacobucci, P. (2004). *Estudo psicossocial de mulheres vítimas de violência doméstica, que mantêm o vínculo conjugal após terem sofrido as agressões* [Dissertação]. Universidade Estadual de Campinas.

Jewell, L., & Wormith, J. (2010). Variables associated with attrition from domestic violence treatment programs targeting male batterers. *Criminal, Justice and Behavior*, 37(10), 10886–11113.

Katerndahl, D., Burge, S., Ferrer, R., Becho, J., & Wood, R. (2015). Effects of religious and spiritual variables on outcomes in violent relationships. *The International Journal of Psychiatry in Medicine*, 49(4), 249–263.

Koziol-Mclain, J., Coates, C., & Lowenstein, S. (2001). *Predictive validity of a screen for partner violence against women*.

Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.

Levendosky, A., Von Eye, A., Anne Bogat, G., & Martinez-Torteya, C. (2009). Resilience among children exposed to domestic violence: the role of risk and protective factors. *Child Development*, 80(2), 562–577.

Levendosky, A. (2013). Drawing Conclusions: An Intergenerational Transmission of Violence perspective. *Psychodynamic Psychiatry*, 41(2), 351–360.

Lim, B., Valdez, C., & Lilly, M. (2015). Making meaning out of interpersonal victimization: The Narratives of IPV survivors. *Violence Against Women*, 21(9), 1065–1086.

- Lima, A., Martins, M., Ferreira, M., & Schoeller, S. (2021). O conceito multidimensional de autonomia: uma análise conceptual recorrendo a uma scoping review. *Revista De Enfermagem Referência*, 7.
- Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: Intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar Integrar*, 1, 21–32.
- Marasca, A., Colossi, P., & Falcke, D. (2013). Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. *Temas Em Psicologia*, 21(1), 221–243.
- Melo, A., & Pederiva, R. (2016). Violência contra a mulher: a permanência da mulher na relação violenta após a denúncia e a retirada da queixa. *Unoesc & Ciência-ACBS*, 7(2).
- Metheny, N., & Stephenson, R. (2019). Help seeking behavior among women who report intimate partner violence in Afghanistan: an analysis of the 2015 Afghanistan Demographic and Health Survey. *Journal of Family Violence*, 34(2), 69–79.
- Montero, I., Martín-Baena, D., Escribà-Agüir, V., Vives-Cases, C., & Ruiz-Pérez, I. (2015). Factors Associated with the Cessation of Intimate Partner Violence in Women Attending Primary Care in Spain. *J Fam Viol*, 30, 453–460.
- Narvaz, M. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina* [Dissertação]. Instituto da Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Narvaz, M., & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicol. Estud.*, 11(3).

- Nicholson, S., & Lutz, D. (2017). The importance of cognitive dissonance in understanding and treating victims of intimate partner violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 26(5), 475–492.
- Oliveira, I., Matos-Ragazzo, A., & Zhang, Y. (2018). Disentangling the mental health impact of childhood abuse and neglect: A replication and extension study in a Brazilian sample of high-risk youth. *Child Abuse & Neglect*, 80, 312–323.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2016). *CÓDIGO DEONTOLÓGICO*.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2017). *OS/AS PSICÓLOGOS/AS VALORIZAM OS SISTEMAS JUDICIAL e LEGAL*.
- Payne, D., & Wermeling, L. (2009). Domestic violence and the female victim: The real reason women stay. *Journal of Multicultural, Gender and Minority Studies*, 3(1), 1–6.
- Patton, S., Szabo, Y., & Newton, T. (2022). Mental and Physical health changes following an Abusive intimate relationship: A Systematic review of Longitudinal studies. *TRAUMA, VIOLENCE, & ABUSE*, 23(4), 1079–1092.
- Pedrosa, A. (2018). *Experiências adversas na infância - consequências psicopatológicas e importância de uma boa orientação* [Dissertação]. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.
- Pitts, K. (2010). Latina Immigrants, Interpersonal Violence, and the Decision to Report to Police. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(9), 1661–1678.
- Potter-Efron, R. (2015). *Handbook of anger management and domestic violence offender treatment* (2nd ed.). Routledge/Taylor & Francis Group.

- Riggs, D., Caulfield, M., & Street, A. (2000). Risk for domestic violence: Factors associated with perpetration and victimization. *Journal of Clinical Psychology*, 56(10), 1289–1316.
- Riggs, S., Cusimano, A., & Benson, K. (2011). Childhood emotional abuse and attachment processes in the dyadic adjustment of dating couples. *Journal of Counseling Psychology*, 58(1).
- Riso, W. (2014). *Amar ou depender? Como superar a dependência afetiva e fazer do amor uma experiência plena e saudável*. Porto Alegre: L&PM.
- Rodrigues, S., & Chalhub, A. (2009). *Amor com dependência: um olhar sobre a teoria do apego*. Psicologia.com.
- Rokeach, M. (1981). *Crenças, atitudes e valores: uma teoria de organização e mudança*. Interciência.
- Sani, A., & Pereira, D. (2020). Mothers as victims of intimate partner violence: the decision to leave or stay and Resilience-Oriented intervention. *Soc. Sci.*, 9, 1–13.
- Santiago, A., Pontes, K., Salles, R., & Oliveira, R. (2023). VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DEPENDÊNCIA EMOCIONAL e RELAÇÕES ABUSIVAS. *REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS UNIVERSO – SÃO GONÇALO*, 7(13).
- Santos, M. (2013). *Os sintomas e hematomas do amor: relatos de mulheres sobre a violência doméstica* [Dissertação]. Curso de Psicologia, Psicologia, Ufronduia, Porto Velho.
- Skinner, T., Hester, M., & Malos, H. (2005). *Researching Gender Violence: Feminist Methodology in Action*. Cullompton: Willan Pub.

- Shorey, R., Cornelius, T., & Bell, K. (2008). A Critical Review of Theoretical Frameworks for dating Violence: Comparing the dating and marital fields. *Aggression and Violent Behavior, 13*(3), 185–194.
- Sohal, A., Feder, G., & Johnson, M. (2012). Domestic violence and abuse. *InnovAiT: Education and Inspiration for General Practice, 5*(12), 750–758.
- Sousa, C., Herrenkohl, T., Moylan, C., Moylan, E., Klika, J., Herrenkohl, R., & Russo, M. (2011). Longitudinal study on the effects of child abuse and children's exposure to domestic violence, parent-child attachments, and antisocial behavior in adolescence. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(1), 111–136.
- Souza, A. (2019). Relacionamentos abusivos consequências psicológicas em mulheres que o vivenciam. *Anais Eletrônico CIC, 17*(17).
- Souza, N., & Costa, K. (2018). *Fatores que levam as mulheres a permanecerem em relacionamentos abusivos: entendendo subjetividades subjugadas*. Faculdade Ciências da Vida.
- Walker, L. (2009). *The battered women syndrome*. Springer.
- Widom, C. (1989). Child abuse, neglect and violent criminal behaviour. *Criminology, 27*(2), 251–271.
- Wilcox, P. (2006). Communities, care and domestic violence. *Critical Social Policy, 26*(4), 722–747.
- Wolf, K., & Foshee, V. (2003). Family violence, anger expression styles, and adolescent dating violence. *Journal of Family Violence, 18*, 309–316.

ANEXOS

Anexo A: Art. 152º Código Penal

Artigo 152.º

Violência doméstica

1 - Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade, ofensas sexuais ou impedir o acesso ou fruição aos recursos económicos e patrimoniais próprios ou comuns:

- a) Ao cônjuge ou ex-cônjuge;
- b) A pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação;
- c) A progenitor de descendente comum em 1.º grau; ou
- d) A pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite;
- e) A menor que seja seu descendente ou de uma das pessoas referidas nas alíneas a), b) e c), ainda que com ele não coabite; é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

2 - No caso previsto no número anterior, se o agente:

- a) Praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima; ou
- b) Difundir através da Internet ou de outros meios de difusão pública generalizada, dados pessoais, designadamente imagem ou som, relativos à intimidade da vida privada de uma das vítimas sem o seu consentimento; é punido com pena de prisão de dois a cinco anos.

3 - Se dos factos previstos no n.º 1 resultar:

- a) Ofensa à integridade física grave, o agente é punido com pena de prisão de dois a oito anos;
- b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores, incluindo aqueles em que couber pena mais grave por força de outra disposição legal, podem ser aplicadas ao arguido as penas acessórias de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica.

5 - A pena acessória de proibição de contacto com a vítima deve incluir o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento deve ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

6 - Quem for condenado por crime previsto no presente artigo pode, atenta a concreta gravidade do facto e a sua conexão com a função exercida pelo agente, ser inibido do exercício de responsabilidades parentais, da tutela ou do exercício de medidas relativas a maior acompanhado por um período de 1 a 10 anos.